



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CAMPUS: FLORIANO

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MARIA DALVA RODRIGUES

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO
NO AMBIENTE ESCOLAR**

FLORIANO/PI
2023

MARIA DALVA RODRIGUES

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
AMBIENTE ESCOLAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma
do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Piauí, Campus Floriano-IFPI.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Leanne Silva de Sousa

FLORIANO/PI
2023

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR.

Maria Dalva Rodrigues¹

RESUMO

A inclusão educacional escolar de crianças e jovens com Transtornos do Espectro Autista (TEA), vem se mostrando um desafio a todos os envolvidos no processo educativo, atualmente e tem sido meta para as políticas públicas educacionais. A partir desse ensaio teórico, o objetivo deste artigo tem como analisar as implicações e desafios associados à inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regulares. Optou-se por realizar neste trabalho, uma pesquisa bibliográfica através de artigos, livros, sites, revistas baseadas no tema exposto. Superar as barreiras colocados para a escolarização das crianças com TEA, se torna um grande desafio, para os que não consideram esses sujeitos como educáveis, para os que insistem em ver somente o autismo com a lente da impossibilidade. Baseado nas citações expostas durante a pesquisa realizada, é possível identificar a inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um tópico importante que tem sido abordado por diversos autores, eles destacam a importância da inclusão como direito para todos na educação.

Palavras-Chave: TEA; Ensino; Desafios; Educação

ABSTRACT

The educational inclusion of children and young people with Autism Spectrum Disorders (ASD) in schools is proving to be a challenge for everyone involved in the educational process nowadays and has been a goal for public educational policies. Based on this theoretical essay, the objective of this article is to analyze the implications and challenges associated with the inclusion of students with ASD in regular classrooms. In this work, we chose to carry out a bibliographical research through articles, books, websites, magazines based on the exposed theme. Overcoming the barriers placed on the schooling of children with ASD becomes a great challenge, for those who do not consider these subjects as educable, for those who insist on only seeing autism through the lens of impossibility. Based on the quotes exposed during the research carried out, it is possible to identify the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the school environment is an important topic that has been addressed by several authors, they highlight the importance of inclusion as a right for everyone On education.

Keywords: ASD; Teaching; Challenges; Education

Discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva Instituto Federal do Piauí, campus Floriano- IFPI. E-mail: 08dalva.r@gmail.com

²Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí. IFPI Campus Valença. E-mail: leannesilva@ifpi.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento e o funcionamento social, comportamental e comunicativo de uma pessoa. O TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação social, interação social e comportamentos repetitivos ou restritos (NUNES, 2009).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem sido um tema de grande interesse e importância no campo da educação, Pimentel (2018). O objetivo desta pesquisa é analisar as implicações e desafios associados à inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regulares. Ao examinar os benefícios, estratégias e potenciais limitações da educação inclusiva, podemos obter uma compreensão mais profunda de como criar um ambiente inclusivo e de apoio para estes alunos.

No momento que se fala sobre aluno com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar de ensino regular, devemos pensar no professor, pois muitas vezes não estão capacitados para receber os alunos autistas (OLIVEIRA, 2020).

Perante esse artigo apresento como problemática: Quais os desafios enfrentados diante à inclusão escolar dos alunos autistas na sala comum de ensino? Tendo o professor como mediador no processo de inclusão desses alunos são eles quem proporciona a relação inicial do aluno no ambiente escolar sendo responsável para incluir na sala de aula com toda turma e nas atividades pedagógica da escola.

No conseguinte, os objetivos específicos: analisar como as comunidades escolares estão sendo preparadas para a inclusão do aluno autista; identificar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades escolares na elaboração das atividades adaptadas para os alunos autista; compreender de que forma a comunidade escolar pode contribuir para o desenvolvimento e habilidades sociais e cognitivas dos alunos com TEA.

A efetiva inclusão desses indivíduos na sociedade e na escola consiste em uma fundamental tarefa para promover o bem-estar individual e garantir que todos possam se desenvolver, alcançar seu máximo potencial e viver com respeito e dignidade.

A pesquisa justifica-se a inclusão do aluno com TEA deve ser muito além da sua presença na sala de aula; desejando, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades e especificidade. Através de uma revisão bibliográfica em artigos, revistas, google acadêmico, dentre outros meios buscou autores expondo sobre o tema da pesquisa.

É de extrema importância a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar não apenas beneficia diretamente esses alunos, mas também contribui para a criação de uma sociedade mais inclusiva, empática e diversificada, que valoriza as contribuições de todos os seus membros, independentemente de suas diferenças (MANTOAN, 2003).

Um ambiente escolar inclusivo é aquele que reconhece a diversidade dos alunos e procura adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso pode incluir a adaptação de atividades e materiais de ensino para atender às necessidades específicas de um aluno com TEA, bem como a inclusão de estratégias para ajudar os alunos com TEA a se sentirem seguros e confortáveis na escola.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um tema importante por diversas razões, que impactem não apenas os estudantes com TEA, mas também toda a comunidade escolar e a sociedade em geral.

Afinal, todos os indivíduos têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo, independentemente de suas diferenças ou deficiências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ambiente escolar: desafios e possibilidades.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ambiente escolar é um tema relevante e desafiador. A inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar é um empreendimento complexo que requer consideração e planejamento cuidadosos. Os benefícios da educação inclusiva, como a melhoria das competências sociais e do desempenho acadêmico, são substanciais (PIMENTEL, 2018).

No entanto, os desafios associados aos recursos limitados e à formação dos educadores devem ser enfrentados para garantir a inclusão bem-sucedida de alunos com TEA. Ao implementar estratégias eficazes, fornecer apoio individualizado e promover uma cultura de sala de aula de apoio, as escolas podem criar um ambiente inclusivo que atenda às necessidades únicas de todos os alunos. Somente através destes esforços concertados poderemos realmente abraçar a diversidade nas nossas salas de aula e promover uma sociedade mais inclusiva (MANTOAN, 2003).

A falta de compreensão sobre o autismo pode resultar em estigmatização. É essencial promover a sensibilização entre os alunos, professores e funcionários. Muitos alunos com TEA respondem bem a métodos de ensino específicos. Os educadores podem enfrentar desafios na adaptação de métodos para atender às necessidades individuais.

A implementação bem-sucedida da inclusão de alunos com TEA demanda colaboração, compreensão e comprometimento de toda a comunidade escolar. Ao adotar abordagens inclusivas, as escolas podem proporcionar experiências educacionais mais ricas e igualitárias para todos os alunos (OLIVEIRA, 2020).

Alguns alunos no espectro autista podem ter dificuldades na interação social, é preciso incentivar um ambiente acolhedor e compreensivo, é fundamental o apoio especializado a disponibilidade de recursos e apoio especializado pode ser limitada, criando obstáculos para a implementação efetiva da inclusão.

Fornecer oportunidades para que os alunos com TEA desenvolvam habilidades de autonomia é fundamental para seu crescimento e integração. A chave para uma inclusão bem-sucedida é abordar os desafios de maneira proativa, promover a compreensão e colaboração, e adaptar estratégias conforme necessário para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA. Isso contribui para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

No que diz respeito ao Autismo continua sendo visto como uma doença de causas não definidas, é uma incógnita para escola, um grande desafio para os educadores. Uma criança com TEA (Transtorno do Espectro Autismo) apresenta grandes dificuldades com comunicação, para interagir com as pessoas, um ser que se esconde no seu universo interior e quase nunca deixa alguém penetrar nesse mundo (OLIVEIRA, 2020).

De acordo como o que dispõe o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM 5 (2014), o autismo “é caracterizado pelo déficit persistente na comunicação e interação social; padrões de comportamento restritivo e repetitivo”.

Geralmente as anormalidades são percebidas nas crianças entre a idade de 18 meses aos 3 anos, e são causas ainda não definidas. Ademais, uma série de condições, desafios em relação as habilidades sociais e comportamentos repetitivos, fala e comportamentos não verbais, bem como diferenças únicas e significativas caracterizam o Transtorno do Espectro Autista, que tem sido bem crescente nos últimos anos e que precisa ser mais bem compreendido e relacionado com a perspectiva de educação inclusiva da atualidade.

Ainda sobre Kanner em 1943, publicou em seu livro os distúrbios autísticos do contato afetivo com base na pesquisa realizada com onze crianças, que apresentava uma inabilidade no relacionamento interpessoal e distinguia-as de outras patologias como a esquizofrenia, descrita por Eugene Bleuler, em 1911, como a fuga da realidade. Contudo, havia uma grande diferença em relação ao autismo, referindo-o como distúrbio com relação à realidade do que ao contato afetivo (ORRÚ, 2012 p.18).

Kanner relatou, nos estudos realizados com onze crianças com o quadro de autismo extremo, possessividade, estereotípias e ecolalia, sendo incapaz de estabelecer relações normais com outras pessoas. As características apresentadas nos indivíduos, na primeira descrição histórica, sobre o autismo são:

Inaptidão em estabelecer relações normais com outras pessoas, apresentando atrasos na aquisição da linguagem, ou quando presente não tem valor de comunicação, apresentando estereotípias gestuais, necessidades imperiosas de manter seu ambiente material, embora manifestem uma minoria frequentemente notável e aparente física normal (LEBOYER, 1995, p. 09).

Desse modo, tem-se que as primeiras descrições históricas do autismo estão a inaptidão em estabelecer relações normais com outras pessoas, ou seja, apresentava um atraso tanto na aquisição da linguagem, quanto na comunicação social e quando muito se comunicavam era através de gestos. Compreendendo os estudos acerca desse espectro, é visível a necessidade de inclusão em todos os aspectos, começando pela família e escola (OLIVEIRA, 2020).

Segundo Orrú (2012, p 19) as características por esse grupo de crianças eram:

Incapacidade para estabelecer relações e interagir com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas e forte resistência a mudanças (ORRÚ, 2012, p.19).

Esse tipo de comportamento às conduziam chamando isolamento autístico extremo, que era um tipo de isolamento que as levava a recusar o contato com o ambiente desde os primeiros anos de vida.

Embora o termo autismo seja utilizado por ambos, Leo Kanner utilizou a denominação de distúrbio autístico do contato afetivo, que mais tarde chamou de autismo precoce, enquanto Asperger denominou a síndrome de psicopatia autística, para caracterizar a natureza do comprometimento (BOSA, 2002).

No ano de 1945 Kanner publicou em seu manual de psiquiatria infantil características das crianças que chegaram até eles e apresentavam algumas coisas em comuns, isto é, os pais ou avós eram, na maioria das vezes, médicos, escritores

jornalistas cientistas e estudiosos que apresentavam uma inteligência acima da média e que também apresentaram certa obsessão no ambiente familiar (ORRÚ, 2012). De acordo com suas pesquisas Kanner revisou seu conceito de autismo e passou a referir-se como autismo infantil precoce baseado nos problemas de comunicação interpessoal, pela dificuldade no contato com outras pessoas, desejo obsessivo por alguns objetos e coisas, rotinas rígidas em certas situações e as alterações na linguagem e auto isolamento.

1.2 O Transtorno do Espectro Autista na perspectiva da Educação Inclusiva.

Para incluir com sucesso os alunos com TEA no ambiente escolar, é essencial que os educadores implementem estratégias eficazes. Uma das principais estratégias é fornecer apoio através da utilização de planos educativos individualizados (IEP).

Esses planos descrevem as necessidades e objetivos específicos do aluno, fornecendo uma estrutura para que os professores forneçam instruções e acomodações personalizadas. Além disso, o uso de recursos visuais, como horários e dicas visuais, podem ajudar os alunos com TEA a compreender as expectativas e transições dentro da sala de aula (OLIVEIRA, 2020).

Além disso, promover uma cultura de sala de aula de apoio e aceitação através de programas de apoio entre pares e oportunidades sociais estruturadas pode melhorar a experiência de inclusão para alunos com TEA.

É preciso considerar que “durante séculos, as pessoas que nascessem com alguma deficiência ou adquirissem eram marginalizadas e isoladas do convívio social” (LIMA, 2014, p. 11), as crianças eram segregadas em instituições filantrópicas voltadas quase que exclusivamente para o processo de socialização, “ainda que existisse a tentativa de educá-las em escolas regulares, mas em classes separadas dos demais alunos” (LIMA, 2014, p. 11).

O Documento subsidiário à Política de Inclusão afirma que o surgimento da educação especial está “vinculado ao discurso social posto em circulação na modernidade para dar conta das crianças que não se adaptavam aos contornos da escola. Foi a partir deste lugar de “criança não escolarizável” que as deficiências foram organizadas” (PAULON; FREITAS e PINHO, 2005, p.19).

Oportunidade da escola se preparar para receber os alunos, tornar o ambiente inclusivo, no qual garanta a diversidade cultural, valorizar os alunos e conduzir a interação com as demais crianças ditas “normais” para uma convivência harmoniosa, época em que surgiram as salas especiais em escolas regulares (NUNES, 2009).

Na qual recebiam os alunos que apresentavam conduta diferente para o padrão na época (considerados alunos difíceis), e que não frequentavam as salas regulares, adequação e atendimento especializado aos que precisa de um atendimento diferenciado, inquietando os professores buscar formação junto aos órgãos competentes para uma melhor atuação de sua prática educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, segundo Art. 58 afirma que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.

Sabe-se que trabalhar com alunos que possuem TEA é importante para promover a igualdade e a inclusão, desenvolver habilidades de aprendizagem e sociais, promover a sensibilidade às diferenças, desenvolver habilidades pedagógicas e contribuir para a sociedade. Todos os alunos têm o direito de receber educação e suporte, independentemente de suas diferenças (DANTAS, 2009).

A criança e adolescente deficiente, no período de seu ingresso à escola, têm todo direito de frequentar os mesmos espaços educacionais, uma conquista que até pouco tempo atrás não era possível. Tratando-se de discente com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), por apresentar comportamento diferenciado. Em 27 de dezembro de 2012 foi sancionada a lei Berenice Piana (12.764), trouxe um novo olhar para inclusão do autista em escola regular.

O paradigma inclusivo requer um novo redesenhar da escola que se proponha programas e projetos que incluam todos os educandos com e sem deficiência, oportunizando lhes não somente o acesso através da matrícula, mas a permanência através de um fazer pedagógico inovador como bem afirma Mantoan (1997, p.68), “cabe a escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos” é necessário diversificar as práticas pedagógicas para atender a heterogeneidade existente na sala.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, CAPÍTULO III, na seção DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, no Art. 205 também garante educação à criança e adolescente:

Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Independentemente da deficiência que a pessoa tenha, todos tem direito a educação, com ensino de qualidade e uma escola com estrutura física que atenda às necessidades desses alunos.

A Declaração da Salamanca, que foi adotada em Assembleia Geral na ONU (Organização das Nações Unidas) entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, tratam dos direitos políticos e práticas adotadas na Educação Especial afirmam no Artigo II: “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (BORGES, 2005).

Para que a educação inclusiva seja possível; é preciso mudar além de pensamentos, de conceitos pré-estabelecidos, para que a educação seja possível, é necessário condições ideais e recursos adequados a cada situação; conta-se com os talentos natos, com senso crítico dos profissionais envolvidos (DANTAS, 2009).

Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência lei 13.146/2015 no Art. 1º “destinar, assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” Um ensino de qualidade, no qual as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo (MANTOAN, 2003).

Atualmente várias leis, como a LDB, o IDEA, uma legislação federal que garante direitos e serviços educacionais para crianças com deficiências, têm passado a vigorar, a fim de orientar e garantir a educação para os seus devidos fins. Tais produções, como advertem Isabel Sanches e António Teodoro (2006, p.34) expressam “bem a urgência do combate à exclusão e a necessidade de serem criadas disponibilidades e condições de operacionalização da inclusão social e escolar”.

Pode-se destacar como característica principal de um ensino inclusivo uma sala de aula heterogênea, eliminando todas as formas de preconceito, de discriminação. Uma

educação voltada para a prática da cidadania, em uma escola dinâmica, que valorize e respeite a diversidade.

Portanto, devemos assumir que estas crianças chegaram ao mundo com uma incapacidade inata de manter um contato afetivo normal com pessoas, da mesma forma que outras crianças nascem com deficiências intelectuais ou físicas inatas (KANNER, 1943).

1.3 O Ensino regular e as possibilidades de aprendizagem dos alunos com TEA em sala de aula.

A inclusão escolar de pessoas com Transtornos Espectro Autismo (TEA) é muito precária, apesar de a legislação apoiar e exigir e de algumas iniciativas ainda principiantes. Como as pessoas com TEA são muito diferentes entre si, precisa de motivações individualizadas de ensino, com diferentes graus de adaptação (NUNES, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394) no Art. 59 Capítulo I “assegura aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). A escola precisa se adequar à realidade e necessidades do autista para que este possa corresponder ao ensino, desenvolver as atividades com a turma, com apoio auxiliar pedagógica, a lei garante que o acompanhe.

A inclusão de uma criança com TEA deve ser trabalhada no ensino regular com base no conhecimento sobre seu comportamento que se caracteriza por três fatores básicos: ausência de sociabilidade, dificuldades de comunicação e imaginação obsessiva e repetitiva (DANTAS, 2009).

Vale ressaltar, a importante participação da família no processo evolutivo do discente com TEA, é fundamental que dê continuidade a prática das rotinas estabelecidas pela escola e por outros profissionais.

Na escola regular, o processo de inclusão deve ser realizado a partir de estratégias e dinâmicas para que estes alunos consigam desenvolver a capacidade de poderem estar com o grupo (LIBANEO, 2012).

É imperativo que haja uma mudança na perspectiva social, pois, por tempo, às pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades. Devido à necessidade de incluir alunos com autismo em sala de aula regular, em dezembro de 2012 foi instituída a lei nº 12.764/2012 a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual regulamenta os direitos de uma pessoa, a inclusão de alunos com necessidades especiais está alinhada com o direito fundamental à educação inclusiva. Cada aluno tem o direito de receber uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou características.

A presença de alunos com necessidades especiais na sala de aula oferece oportunidades valiosas para o desenvolvimento de habilidades sociais e empatia entre todos os alunos. Isso contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e compassivos.

Para que o Ensino Regular possa de fato apresentar aos alunos com TEA possibilidade de aprendizagem, ele precisa além de considerar o que determina às leis envolvendo a inclusão a necessidade de ousar em estratégias e metodologias que venham de fato favorecer a inclusão desses alunos.

Não se pode deixar de considerar que a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento “ad eternum” para a inclusão [...] mas [...] devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade (BRITO, 2014 p. 27).

Assim, a inclusão exige que o Ensino Regular passe por modificações e não são modificações superficiais, mas sim modificações profundas que requerem ousadia daqueles envolvidos no âmbito educacional, assim como prudência, pois é preciso que se pense efetivamente em como fazer com que a inclusão no Ensino Regular aconteça que seja bem planejada para que sua execução aconteça com qualidade e possa de fato superar as dificuldades que surgem nesse processo.

As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno (OLIVEIRA, 2020).

Quando se trata de educação inclusiva, é fundamental considerar as necessidades dos alunos com TEA para garantir que eles tenham oportunidades de aprendizagem significativas em sala de aula regular.

Professores e colegas de classe devem ser educados sobre o TEA, suas características e necessidades. Isso ajuda a criar um ambiente de compreensão e aceitação. Adaptar o currículo para atender às necessidades dos alunos com TEA, fornecendo materiais visuais, simplificando instruções e dividindo tarefas complexas em passos mais simples (NUNES, 2009).

Alunos com TEA muitas vezes se beneficiam de rotinas previsíveis. Manter uma estrutura consistente e fornecer avisos antecipados sobre mudanças na rotina pode reduzir a ansiedade e melhorar a participação, podem se beneficiar de apoio individualizado, como um assistente de sala de aula ou profissional de apoio, que pode oferecer suporte direto às necessidades do aluno (MANTOAN, 2003).

É importante lembrar que as necessidades dos alunos com TEA podem variar significativamente, e as estratégias adotadas devem ser adaptadas individualmente. Uma abordagem centrada no aluno, que valoriza suas habilidades e trabalha para minimizar as barreiras para a aprendizagem, é essencial para garantir que esses alunos tenham sucesso no ambiente de ensino regular.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico através de uma revisão de literatura com artigos, livros, sites, revistas atualizadas em sites como: Science Direct; Google Scholar, dentre outros, ferramentas de pesquisa adequada para o tema desta pesquisa. Foram utilizadas 03 dissertações, 09 artigos e leis relacionadas ao tema expostas o TEA.

Para Gil (2017) suas características, a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, adquire destaque. Dessa forma a metodologia aplicada neste trabalho é

de caráter descritiva que têm como finalidade inicial, descrever as características de determinada população, acontecimento.

A pesquisa descritiva visa relatar com precisão os acontecimentos de certa prática, o que requer do pesquisador uma série de informações daquilo que se deseja investigar, tais como a população, os objetivos do estudo, questões de pesquisa, dentre outros (THIOLLENT, 2007).

Tem como objetivo de investigar como acontece o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

Para as autoras Marconi e Lakatos (2021, p.76) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”. A base de busca dos artigos científicos foi o Google Acadêmico e Scielo, onde foram selecionados artigos científicos, extraídos desta busca realizada a partir das seguintes palavras-chave: Inclusão; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista e Educação Especial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas áreas de educação e deficiência, diversas pesquisas foram realizadas, nas quais se utilizou o referencial teórico-metodológico da análise do discurso para abordar diferentes aspectos (LDB 1996; BRASIL 1988; OLIVEIRA 2020; BRASIL 1996; MANTOAN 2003; NUNES 2009). Através de análise das citações dos autores pode-se analisar direitos, possibilidades, leis que assegura a inclusão dos alunos com espectro autista.

O objetivo da tabela é facilitar a compreensão dos dados utilizados durante a pesquisa.

Tabela 1 – Autores e sua relação com os objetivos da pesquisa

FONTES	CITAÇÕES
BRASIL, 1996	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394) no Art. 59 Capítulo I “assegura aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”
NUNES, 2009	Como as pessoas com TEA são muito diferentes entre si, cada uma precisa de motivações individualizadas de ensino, com diferentes graus de adaptação.
LDB, 1996	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, segundo Art. 58 afirma que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.

OLIVEIRA, 2020	As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno.
MANTOAN, 2003	Um ensino de qualidade, no qual as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo (MANTOAN, 2003).

Fonte: adaptação, autor (2023)

Baseado nos exemplos das citações expostas durante a pesquisa realizada é possível identificar a inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um tópico importante que tem sido abordado por diversos autores, eles destacam a importância da inclusão como direito para todos na educação, principalmente.

Inclusão de alunos com TEA deve ser vista como um direito fundamental. Isso significa que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo, pois promove o bem-estar individual e o desenvolvimento cultural, cognitivo e psicossocial de pessoas autistas.

A partir das leituras nos artigos encontrados, os autores como Brito (2014), Mantoan (2003), Oliveira (2020) expõem que a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar é importante porque promove a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento social e emocional, a aceitação da diversidade e o respeito pelos direitos humanos. Além disso, ela contribui para o desenvolvimento acadêmico e preparação para a vida adulta desses alunos, enquanto ensina empatia e reduz o estigma associado ao TEA. Portanto, é um tema relevante e crucial para a sociedade como um todo.

Sabe-se que a inclusão no ambiente escolar oferece oportunidades para os alunos com TEA desenvolverem habilidades sociais e emocionais essenciais. Eles aprendem a interagir com colegas, desenvolvem amizades e melhoram suas habilidades de comunicação.

Para Nunes (2009) a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar pode ser benéfica para seu desenvolvimento acadêmico. Com o apoio adequado, muitos alunos com TEA podem atingir seus potenciais acadêmicos e alcançar o sucesso escolar. A escola é um lugar importante para os alunos com TEA aprenderem habilidades que os ajudarão na vida adulta, como habilidades sociais, de comunicação e de autogerenciamento. A inclusão no ambiente escolar ajuda a prepará-los melhor para a vida fora da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que no Brasil é a Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes para a educação no país e trata da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional. A LDB enfatiza o direito à educação inclusiva e igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas condições, o que inclui alunos com deficiências, como TEA.

A LDB estabelece um arcabouço legal para a inclusão de alunos com TEA no sistema educacional brasileiro, garantindo seus direitos à educação inclusiva e igualdade de oportunidades. No entanto, é importante observar que a implementação dessas diretrizes pode variar de acordo com as políticas educacionais e a realidade de cada estado ou município no Brasil.

Kanner (1943) propõe a ideia de que as crianças com autismo não adquirem naturalmente as habilidades de comunicação e interação sociais típicas que outras

crianças desenvolvem de forma inata e que, em vez disso, parecem ter dificuldades intrínsecas nessa área desde o início de suas vidas. É importante notar que essa é uma visão histórica e que a compreensão do autismo evoluiu significativamente.

Há também nas citações apresentadas relato sobre a implementação de Planos Educacionais Individualizados (IEPs) garantir que os alunos com TEA sejam integrados com êxito no ambiente escolar regular, onde eles têm a oportunidade de aprender e se desenvolver junto com seus colegas sem TEA.

Oliveira (2020) e Nunes (2009) relatam que a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar pode proporcionar oportunidades valiosas para o desenvolvimento social e comportamental. Eles têm a chance de interagir com colegas típicos e aprender habilidades sociais e comportamentais essenciais. No entanto, também é importante reconhecer que a inclusão pode trazer desafios e a necessidade de recursos adequados e apoio para garantir o sucesso de todos os alunos.

É importante que os educadores implementem estratégias eficazes, que os alunos tenham experiências de aprendizado bem-sucedida e sejam capazes de integrar no ambiente escolar inclusivo.

Os pais e cuidadores de alunos com TEA frequentemente se tornam defensores habilidosos de seus filhos, o que pode contribuir para a melhoria dos sistemas de apoio e serviços educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, a inclusão de crianças com TEA na rede regular de ensino significa, um passo inicial que abre possibilidades para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes em sociedade.

Superar as barreiras colocados para a escolarização das crianças com TEA, se torna um grande desafio, para os que não consideram esses sujeitos como educáveis, para os que insistem em ver somente o autismo com a lente da impossibilidade. ao trazer estratégias eficientes de práticas pedagógicas, diversificação curriculares para o aluno com transtorno do espectro autista, apropriado à grande inconstância encontrada nas pessoas dentro do espectro, a incontestabilidade das estratégias eficazes dependerá de muitos fatores, muitas vezes externos ao contexto educacional.

Dessa forma, sabe-se que existem várias contribuições importantes que podem ser feitas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, tais como: comunicação afetiva, programas de apoio, parceria com os pais.

Os pais podem fornecer informações valiosas sobre as necessidades de seus filhos e ajudar a escola a adaptar suas práticas pedagógicas para atender a essas necessidades. Além disso, os pais podem fornecer apoio emocional e prático para seus filhos em casa, o que pode ajudá-los a ter sucesso na escola.

O papel do docente é fundamental no processo de inclusão escolar dos alunos autistas na sala de ensino regular. O docente desempenha um papel crucial na criação de um ambiente educacional inclusivo, que atenda às necessidades individuais dos alunos com autismo, promova sua participação efetiva e apoie seu desenvolvimento acadêmico e social.

O sucesso da inclusão escolar dos alunos autistas depende em grande parte da atitude e ação do docente. Quando o docente está disposto a adaptar suas práticas, buscar o entendimento e trabalhar em colaboração, ele desempenha um papel crucial na criação de um ambiente onde todos os alunos podem prosperar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BORGES, Cleonice. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: Porto Alegre: Artmed, 2005.

DANTAS, A. P. Entre o educar e o constituir: efeitos possíveis da educação de uma criança com transtorno grave de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) PUC – São Paulo, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI. Teresina: IFPI, 2021. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/area-doestudante/bibliotecas/ManualdeNormalizaodeTrabalhosAcadmicosoIFPI.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. E ampla. São Paulo: Cortez, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003

NUNES, D; LEMOS, J. P. Os desafios da inclusão no ensino regular: criança com autismo e características de hiperlexia. Revista Educação em Questão, v. 34, p. 63-80, 2009

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-dainclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

SPERANDIO, Daniele Spadotto (org.) et al. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI. Teresina: IFPI, 2017.

PIMENTEL, A. G. L. & Fernandes, F. D. M. (2018). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.

REIS, Alcenir Soares dos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa. Belo Horizonte, MG: UFMG, [200].

